

Documentos médicos e Comissões Obrigatórias



Luiz Augusto Rogério Vasconcellos
Conselheiro do CREMEB

Conflito de interesse



Gerente Médico



Luiz Augusto Rogério Vasconcellos
Conselheiro do CREMEB

- Ética Médica
- Revisão de Prontuário
- Revisão de Óbito
- Comissão de Controle de Infecção Hospitalar

Comissão de Ética Médica

Res. CFM 1657/2002



Ementa:

Estabelece normas de organização, funcionamento e eleição, competências das Comissões de Ética Médica dos estabelecimentos de saúde, e dá outras providências.

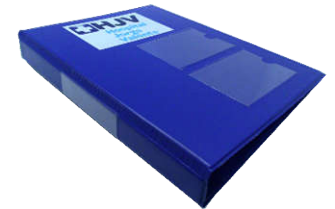
Comissão de Ética Médica

Res. CFM 1657/2002



- Designação, eleição, mandato
- Vinculação, subordinação (Coordenação das Delegacias, Comissões de Ética e Representações)
- Composição (impedimentos, número)
- Competência: sindicância, fiscalização, educação
- Funcionamento

Revisão de Prontuário – Res. CFM 1638/2002



Ementa:

Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde.

Revisão de Prontuário – Res. CFM 1638/2002



- Definição prontuário
- Responsabilidade pelo prontuário
- Criação Comissão Revisão Prontuário
- Designação, composição
- Competência
- Itens do prontuário

Revisão de Prontuário – Res. CFM 1821/2007

Revogou Res. CFM 1639/2002

Ementa



Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.

Revisão de Prontuário – Res. CFM 1821/2007

- A quem pertence o prontuário?
- Disponibilidade
- Digitalização (Gerenciamento Eletrônico de Documentos)
- Níveis de Garantia e Segurança
- Tempo de guarda



Revisão de Prontuário - Legislação



- Código de Ética Médica
Capítulo X Documentos Médicos
- Resolução CFM 1638/2002
- Resolução CFM 1821/2007

Revisão de Óbito



Resoluções

- CREMERJ nº 40/1992
- CREMEPE nº 02/2005
- CREMESP Nº 114/2005
- CRM/PB nº 138/2009
- CREMERN nº 002/2011

Tornam obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Óbitos em estabelecimentos hospitalares, no âmbito de suas jurisdições

Revisão de Óbito



Legislação não Conselhal:

- Portaria MS nº 170 / 1993: estabelece a obrigatoriedade da Comissão de Revisão de Óbito para o credenciamento em alta complexidade em oncologia;
- Portaria Interministerial MS/MEC nº 1000 / 2004: estabelece a obrigatoriedade da Comissão de Revisão de Óbito para os hospitais de ensino;
- Portaria MS/GM nº 1405 / 2006: instituiu a rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimentos da Causa Mortis;
- Portaria MS nº 3123 / 2006: estabelece a obrigatoriedade da Comissão de Revisão de Óbito para o Processo de Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde.

Revisão de Óbito



- Resolução CFM 2171/2017

Regulamenta e normatiza as Comissões de Revisão de Óbito, tornando-as obrigatórias nas instituições hospitalares e Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

Revisão de Óbito

Resolução CFM 2171/20017



- Composição
- Designação, tempo de mandato
- Objeto da análise
- Morte evitável x a esclarecer

Comissões Obrigatórias

CCIH

Legislação :



- Portaria MS nº 196 / 1993: instituiu a implantação das Comissões de Controle de Infecções Hospitalares em todos os hospitais do país independente de sua natureza jurídica, física, de direito público ou privado
- A Lei nº 9.431 / 1997: normatiza C.C.I.H. Estabelece: “Dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção de programa de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País”
- Portaria do Ministério da Saúde 2616/MS/GM / 1998: estabelece as normas de funcionamento das Comissões de Infecção Hospitalares.

CCIH

Comissão de Controle de Infecção Hospitalar



- Infecções hospitalares
- Medidas de controle
- Uso racional de antibióticos

Capítulo X – Código de ética Médica

- Atestados
- Receitas
- Prontuário médico
- Consentimento livre e esclarecido
- Relatórios, laudos, boletins
- Declaração de óbito



Atestado Médico



- Gera direitos e obrigações
- Componente da assistência prestada
- Presunção de veracidade
- Cid / Sigilo médico (Art. 73)
- Identificação do médico

Documentos Médicos

Atestado Médico - Legislação



- Código de ética Médica

Capítulo III – Responsabilidade Profissional - Art. 11.

Capítulo X - Documentos Médicos – Arts. 80 , 91

- Resolução CFM 1658/2002
- Resolução CFM 1851/2008

Documentos Médicos

Receita Médica Parecer Consulta CFM 01/14



Ementa

A utilização de carimbo de médico em prescrição é opcional, pois não há obrigatoriedade legal ou ética. O que se exige é a assinatura com identificação clara do profissional e o seu respectivo CRM. Não há proibição expressa para eventuais autoprescrições de médicos, exceto no caso de entorpecentes e psicotrópicos.

Prontuário Médico



- Obrigatório
- Dados que devem nele constar (Art.87 CEM e Res. CFM 1638/02)
- O sigilo e a guarda. (Art. 73 CEM)

Consentimento livre e esclarecido

Recomendação CFM Nº 1/2016

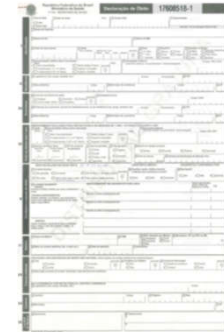


CrITÉrios de Validade:

- Procedimento indicado e baseado em evidências científicas
- Paciente capaz
- Entendimento da informação
- Expressão do consentimento

Declaração de Óbito

Res. CFM Nº 1779/2005



Regulamenta a responsabilidade médica no fornecimento da Declaração de Óbito.

- Quem deve fornecê-la ?
- Morte natural x morte de causa externa (violenta)

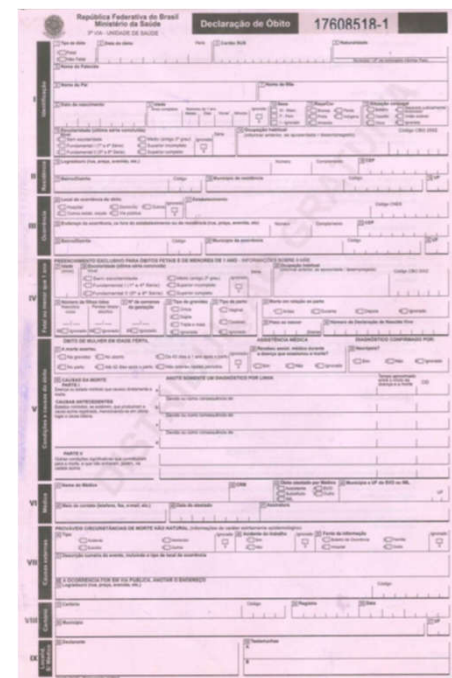
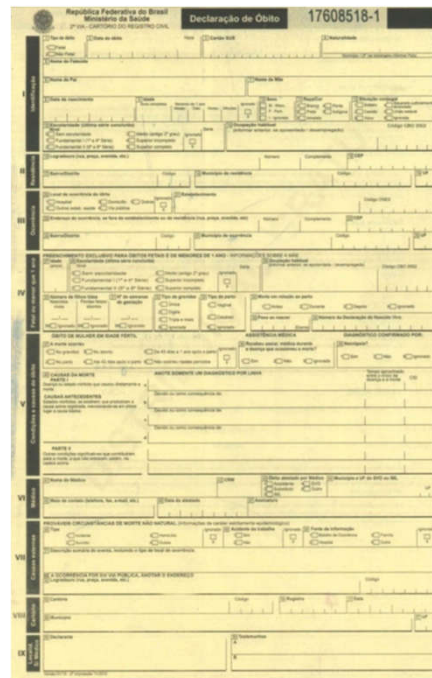
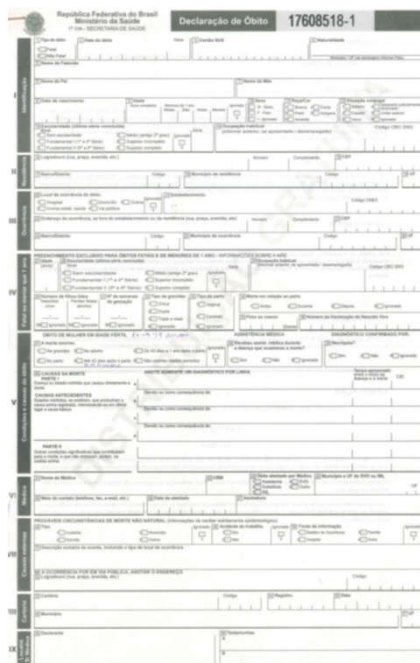
Documentos Médicos

Declaração de Óbito

Secretaria Municipal de Saúde,
Vigilância Epidemiológica

Família

Unidade que forneceu DO



Documentos Médicos

Declaração de Óbito

BLOCO VII – CAUSAS EXTERNAS CAMPOS 48 A 52

VII **Causas externas**

PROVÁVEIS CIRCUNSTÂNCIAS DE MORTE NÃO NATURAL (Informações de caráter estritamente epidemiológico)

48 Tipo	1 <input type="checkbox"/> Acidente 2 <input type="checkbox"/> Suicídio	3 <input type="checkbox"/> Homicídio 4 <input type="checkbox"/> Outros	Ignorado <input type="checkbox"/> 9	49 Acidente do trabalho	1 <input type="checkbox"/> Sim 2 <input type="checkbox"/> Não	Ignorado <input type="checkbox"/> 9	50 Fonte da informação	1 <input type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência 2 <input type="checkbox"/> Hospital	3 <input type="checkbox"/> Família 4 <input type="checkbox"/> Outra	Ignorado <input type="checkbox"/> 9
----------------	--	---	-------------------------------------	--------------------------------	--	-------------------------------------	-------------------------------	---	--	-------------------------------------

51 Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência

SE A OCORRÊNCIA FOR EM VIA PÚBLICA, ANOTAR O ENDEREÇO

52 Logradouro (rua, praça, avenida, etc.)

Código

51 Descrição sumária do evento, incluindo o tipo de local de ocorrência

Ausência de sinais externos de violência



Cons. Luiz Augusto R. Vasconcellos

2º Vice Corregedor do Cremeb
Membro da CODECER / CESP

luizvasconcellos@cremeb.org.br

corregedoria@cremeb.org.br

www.cremeb.org.br